



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0292256-1**

**COMARCA: 29ª VARA CÍVEL DA CAPITAL**

**APELANTE: GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA**

**APELADO: ROBERTO CABÚS**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL - OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS - CONTRATO DE SERVIÇO DE SAÚDE - INDEVIDA NEGATIVA DE COBERTURA CONTRATUAL - NECESSIDADE DA INTERVENÇÃO CIRÚRGICA - APLICAÇÃO DO CDC - FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO - ART. 421 DO CC - SÚMULA 54 DO TJPE - DANO MORAL EVIDENCIADO - APELO DESPROVIDO - SENTENÇA PRESERVADA - DECISÃO UNÂNIME.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos da **APELAÇÃO CÍVEL Nº 0292256-1**, em que figuram como Apelante **GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA** e como Apelada **ROBERTO CABÚS**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: *"Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao apelo, nos termos do voto da turma"*. Tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 01 de maio de 2013.

**Des. José Carlos Patriota Malta**  
Relator



186  
B

**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
**Gabinete do Desembargador Patriota Malta**

**APELAÇÃO CIVEL Nº 0292256-1**

**APELANTE: GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA**

**ADV: ANNE CAROLINE GÓES DOS SANTOS PE025677**

**APELADO: ROBERTO CABÚS**

**ADV: JOÃO HENRIQUE DE LIMA LOBO PE028310**

**ORGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**RELATÓRIO**

**Ação:** Cuida-se de Ação Ordinária de Obrigação de Fazer c/c Danos Morais.

**Sentença Recorrida:** A Decisão de fls. 76/78 com fundamento nos ditames do Código de Defesa do Consumidor, no art. 5º, Inciso V e X, da Constituição Federal, nos art. 186, 187 e 927, todos do Código Civil e nos arts. 269, I, e 330, I, do CPC, julgou procedente o pedido autoral, confirmando a tutela antecipada concedida para: a) declarar a abusividade da cláusula restritiva da cobertura de prótese; b) condenar definitivamente a Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda.: a custear todo o procedimento cirúrgico de FACECTOMIA POR FACO E Mulsificação com implante de lente intra-ocular dobrável asférica, incluindo honorários médicos e demais materiais necessários à realização da cirurgia; c) condenar a Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda. ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com aplicação dos juros de mora a partir da citação e correção monetária incidente a partir da prolação desta sentença, pela tabela ENCOGE, a serem pagos à parte autora. Como critérios para a fixação do quantum indenizatório, levou em consideração o *pretium doloris* configurado, derivado dos constrangimentos sofridos; e a capacidade financeira da ré. Condenou também a parte ré a arcar com as custas e honorários advocatícios da demandante, os quais fixou em 20% sobre o valor do quantum condenatório (art. 20, § 3º, CPC), com atualização monetária a partir desta sentença.

**Objeto:** Apelação com pedido de reforma total da sentença hostilizada (fls. 97/105).

**Razões recursais:** Alega a insurgente que a negativa de cobertura encontra guarida na Lei, uma vez que o procedimento em questão não se encontra acobertado, não existindo assim, abusividade e muito menos ilegalidade na negativa da cobertura pela apelante. Argumenta que inexistente qualquer dano moral a ser reparado. No caso da manutenção da condenação afirma que a incidência dos juros deve incidir a partir do arbitramento judicial.

**Contra-razões:** Contra-razões às fls. 168/177, pugnando pela manutenção da decisão *a quo* e, conseqüentemente, pela Improcedência da Apelação.

**É o que importa relatar.**  
**À Douta revisão.**

Recife, 13 de

de 2012

**Des. José Carlos Patriota Malta**  
**Relator**



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
6ª. Câmara Cível  
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

**PELAÇÃO CÍVEL Nº 0292256-1**

**APELANTE: GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA**

**ADV: ANNE CAROLINE GÓES DOS SANTOS PE025677**

**APELADO: ROBERTO CABÚS**

**ADV: JOÃO HENRIQUE DE LIMA LOBO PE028310**

**ORGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**VOTO RELATOR**

Conforme bem exposto na sentença, não há como proceder a tese da demandada/apelante.

A seguradora apelante não autorizou a colocação da prótese ocular, sob alegação de não existir cobertura contratual.

De plano, ressalto ser nula cláusula limitativa de direito que exclui da responsabilidade da seguradora qualquer aparato necessário ao êxito da cirurgia.

Ademais, a Lei 9.656/98, em seu artigo 10<sup>1</sup>, estabeleceu o plano-referência de assistência à saúde com exigências mínimas, **excetuando da referida cobertura o fornecimento de próteses, órteses e seus acessórios não ligados ao ato cirúrgico**. Assim, uma vez ligados ao ato cirúrgico, o referido plano deve abranger, obrigatoriamente, o fornecimento das próteses.

A contratação de serviços de saúde é, em princípio, ampla, geral e irrestrita, podendo, é claro, se estabelecer restrições, mas não de forma a inviabilizar tratamento não excluído da cobertura e é isto exatamente o que deseja a apelante. **A função social do contrato de serviço de saúde é a preservação da vida e a liberdade de contratar deve ser exercida em razão e nos limites da função social da contratação.** É o que decorre da regra do art. 421 do Código Civil:

*"Art. 421. A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato."*

Indiscutivelmente trata-se de contrato de prestação de serviço fornecido no mercado de consumo, enquadrável, portanto, na legislação de consumo, nos termos do art. 3º, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor.

<sup>1</sup> Artigo 10 "É instituído o plano-referência de assistência à saúde, com cobertura assistencial médico-ambulatorial e hospitalar, compreendendo partos e tratamentos, realizados exclusivamente no Brasil, com padrão de enfermagem, centro de terapia intensiva, ou similar, quando necessária a internação hospitalar, das doenças listadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde, da Organização Mundial de Saúde, respeitadas as exigências mínimas estabelecidas no art. 12 desta Lei, exceto: (...) VII – fornecimento de próteses, órteses e seus acessórios não ligados ao ato cirúrgico.



**Tribunal de Justiça de Pernambuco  
6ª. Câmara Cível  
Gabinete do Desembargador Patriota Malta**

**"Art. 30. Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestações de serviços. (...)**

**§ 2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito ou securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista."**

O plano de saúde é contratado com o objetivo de preservação da vida e da saúde. Cláusula excluindo amparo vital contraria o objetivo do contrato. Aplicável à espécie a regra do artigo 427 do Código Civil e do artigo 51, §1º, I I, do Código de Defesa do Consumidor:

**"Art. 427. A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso."**

**"Art. 51 - São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que::**

**(...)**

**§ 1º - Presume-se exagerada, entre outros casos, a vantagem que:**

**(...)**

**I I - restringe direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou o equilíbrio contratual;"**

**Copiosa jurisprudência contraria a tese defendida pela apelante:**

**PLANO DE SAÚDE. AUTORA SUBMETIDA A CIRURGIA DE CATARATA. RECUSA À COBERTURA DE LENTES INTRA-OCULARES, SOB FUNDAMENTO DE QUE CONFIGURAM PRÓTESE, COM EXPRESSA EXCLUSÃO NO CONTRATO. ABUSIVIDADE. INSERÇÃO NA PRÓPRIA INTERVENÇÃO CIRÚRGICA, COMO PARTE DO PROCESSO CURATIVO A QUE ELA SE VOLTA. DEVER DE COBERTURA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. (173053420098260114 SP 0017305-34.2009.8.26.0114, RELATOR: CLAUDIO GODOY, DATA DE JULGAMENTO: 29/11/2011, 1ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, DATA DE PUBLICAÇÃO: 01/12/2011)**

**CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER - PLANO DE SAÚDE - PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA POR UNANIMIDADE - UNIDADE UNIMED RECIFE INTEGRANTE DO CONGLOMERADO SISTEMA NACIONAL UNIMED - IMPLANTAÇÃO DE PRÓTESE (LENTE INTRA-OCULAR RESTOR) DECORRENTE DE TRATAMENTO CIRÚRGICO DE CATARATA - ILEGALIDADE NA NEGATIVA**



**Tribunal de Justiça de Pernambuco  
6ª. Câmara Cível  
Gabinete do Desembargador Patriota Malta**

**DE COBERTURA DAS DESPESAS POR PARTE DA SEGURADORA -  
EXISTÊNCIA DE CLÁUSULA EXCLUDENTE - IRRELEVÂNCIA -  
JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA - SÚMULA 054 TJPE - APLICAÇÃO DO  
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - SENTENÇA MANTIDA - NEGADO  
PROVIMENTO À APELAÇÃO - DECISÃO UNÂNIME. CÓDIGO DE DEFESA DO  
CONSUMIDOR(166507 PE 00265287920078170001, Relator: José  
Carlos Patriota Malta, Data de Julgamento: 29/09/2009, 6ª Câmara  
Cível, Data de Publicação: 101)**

**DIREITO CIVIL. AÇÃO COMINATÓRIA C/C PEDIDO DE TUTELA  
ANTECIPADA. PLANO DE SAÚDE. INDEVIDA RECUSA DE FORNECIMENTO  
DE LENTE INTRA-OCULAR SOB ALEGAÇÃO DE LEGÍTIMA EXCLUSÃO  
CONTRATUAL. IMPOSSIBILIDADE. APLICABILIDADE DAS DISPOSIÇÕES  
CONSUMERISTAS. CONTRADIÇÃO ENTRE CLÁUSULAS CONTRATUAIS  
(ART. 47 DO CDC). INTERPRETAÇÃO FAVORÁVEL AO CONSUMIDOR.  
RECURSO DESPROVIDO. CDC 1. Em tema de seguro saúde, como tem  
entendido o STJ e esta Corte, se o plano é concebido para atender  
os custos pertinentes a tratamento de determinadas doenças, o  
que o contrato tem de dispor é sobre quais as patologias  
cobertas, não sobre os tipos de tratamentos cabíveis a cada uma  
delas. Se assim não fosse, estar-se-ia concebendo, igualmente,  
que a empresa que gerencia o plano de saúde substituisse ao  
médico na escolha da terapia mais adequada. 2. Assim, é ilógico e  
atenta contra o princípio da razoabilidade, a circunstância de  
haver, no plano de saúde, previsão de cobertura quanto a  
oftalmologia e respectivo tratamento das doenças - cirurgia  
oftalmológica - e, contraditoriamente, no entanto, restrição ao  
pagamento dos custos quanto aos materiais indicados pelo  
médico para o êxito do procedimento - lente intra-ocular. (654508  
SC 2008.065450-8, Relator: Eládio Torret Rocha, Data de  
Julgamento: 22/01/2009, Quarta Câmara de Direito Civil, Data de  
Publicação: Apelação Cível n. , de Palhoça)**

Ademais, explícito que o próprio médico assistente da parte autora, conforme se depreende da análise do corpo probatório, elaborou o laudo acostado à fl. 29 dos presentes autos, atestando a necessidade da intervenção cirúrgica pleiteada. Logo, ao prescrever este procedimento, presume-se que o médico tenha sugerido o procedimento mais adequado e mais moderno para o paciente, não cabendo qualquer intervenção da seguradora de saúde.

Quanto aos danos morais, restam estes plenamente cabíveis, uma vez que configurados seus elementos caracterizadores. O apelado, já debilitado, deparou-se com uma negativa claramente infundada e abusiva, abalando de forma substancial o seu estado psicológico.



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
6ª. Câmara Cível  
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

No caso em tela, o tema não merece maiores divagações porque diante de reiteradas decisões acerca da matéria, foi editado o recente verbete de Súmula nº 054 desta Corte de Justiça, perfeitamente apropriado ao caso, cujo enunciado textualmente pronuncia:

*"É abusiva a negativa de cobertura de próteses e órteses, vinculadas ou conseqüentes de procedimento cirúrgico, ainda que de cobertura expressamente excluída ou limitada, no contrato de assistência à saúde."*

*In casu*, entendo que o *quantum* arbitrado a título de danos morais (R\$ 10.000,00) obedecendo aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, além de adequar-se aos patamares fixados por esta corte, não carecendo de qualquer reparo, de igual forma, correta a condenação da apelante no ônus sucumbencial.

Finalmente, acerca dos juros moratórios entendo ter sido escorreita a sentença combatida, devendo ocorrer a incidência a partir da citação, levando-se em conta que o presente caso trata da responsabilidade contratual.

Assim, ante todo o exposto, **MEU VOTO É PARA NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO**, mantendo-se Intocada a sentença.

**É COMO VOTO.**

— Recife, 26/03/2013.  
*[Assinatura]*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

---

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0292256-1**

**APELANTE: GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA**

**APELADO: ROBERTO CABÚS**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**REVISOR: DES. EDUARDO AUGUSTO PAURÁ PERES**

**VOTO-REVISÃO**

Ative-me atentamente ao voto proferido pelo Nobre Relator e, quando do envio dos presentes autos à minha revisão, fiz pontuais apontamentos sobre a matéria.

E em face do esgotamento do assunto em seu voto e da fundamentação expendida, acompanho o Relator, sem mais considerações a serem feitas.

**É COMO VOTO.**

Recife, 26 de março de 2013.

  
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres  
Revisor